



[91] Selo de Acessibilidade Digital

Organização responsável: **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED)**

CATEGORIA II: Inovação em serviços e políticas públicas

Resumo

O Selo de Acessibilidade Digital certifica sítios e portais eletrônicos que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. Os responsáveis por sítios e portais eletrônicos podem requerer o Selo à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, que, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade, avaliará a acessibilidade das páginas submetidas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SMPED-GAB nº 08/2018. Os requerentes cujos sítios ou portais eletrônicos avaliados cumpram com os referidos critérios serão contemplados com o Selo de Acessibilidade Digital.

1_Objetivo

O objetivo da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) é oferecer o Selo de Acessibilidade Digital (SAD) aos sítios da web (sejam públicos ou privados) que atendam aos requisitos exigidos na Portaria Inter secretarial nº 08/SMPED/2018, favorecendo milhões de cidadãos, idosos e pessoas com deficiência que querem ter acesso sem barreiras a tudo que é oferecido na web.

A web se tornou essencial na vida das pessoas, em diversas áreas, como informação, comunicação, educação, trabalho, comércio, saúde, acesso a serviços públicos e privados, entre várias outras, ressaltando a sua importância na vida cotidiana das pessoas, em todo o mundo.

O uso diversificado da web tornou seu usuário um leitor menos passivo e proporcionou um ator participativo. Assim, a web deixou de ser apenas um repositório de documentos estáticos para se tornar um veículo dinâmico de informação, expressão de opiniões, realização de negócios entre muitas outras utilizações que surgem a todo instante.

“Acessibilidade na web significa que pessoas com deficiência podem perceber, entender, navegar, interagir e contribuir na web. Ela também beneficia outras pessoas, incluindo pessoas idosas com capacidades em mudança devido ao envelhecimento”.

A SMPED possui o compromisso de “elaborar pareceres técnicos sobre a Acessibilidade Digital dos sítios na web da Prefeitura de São Paulo - PMSP, bem como de outras instituições públicas e privadas.

No mesmo sentido, o Decreto nº 49.063, de 18/12/2007, atribui à Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) a responsabilidade pela concessão do Selo de Acessibilidade Digital, no intuito de estimular a acessibilidade de sítios e portais eletrônicos e dar fé pública à certificação de acessibilidade de sítios e portais. Ambas as atribuições estão em conformidade com o art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Nº 13.146/2015, que obriga a acessibilidade em sítios públicos e privados da internet no Brasil.

2_Problema / oportunidade

Dados do Censo do IBGE de 2010 apontam que 24% dos brasileiros (cerca de 45 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência, dos quais 13 milhões apresentam grande dificuldade ou impossibilidade de falar, ouvir, enxergar ou se locomover. Ou seja, uma grande parcela da população tem problemas em ver uma imagem ou escutar um áudio na web. Ainda sobre a população brasileira, cerca de 7,4% tem 65 anos ou mais e cerca de 9,63% não possuem algum grau de instrução.

As pessoas com deficiência podem facilmente passar despercebidas quando se trata de Experiência de Usuário (UX) nas páginas da internet. Segundo uma pesquisa do W3C (World Wide Web Consortium), apenas 2% das páginas “gov.br” são acessíveis a esse público. O Selo de Acessibilidade Digital atende uma demanda da população com deficiência e consagrada pela LBI: a exigibilidade da existência nos sites de um ícone que ateste a acessibilidade digital. O selo além de poder ser este ícone, possui fé pública por ter como órgão certificador uma Secretaria Municipal.

Iniciativa pioneira e até o momento, única no Brasil, o selo é uma referência e por usar como ferramentas do Governo Federal como o avaliador automático AsesWeb e e-MAG - 'Modelo de Acessibilidade do Governo eletrônico', que por sua vez está baseado no documento de requisitos de acessibilidade internacional do WCAG da W3C e por ainda submeter os sítios a avaliação de navegação por especialistas, o selo tornou-se também uma ferramenta de avaliação técnica em processos judiciais que envolve este tema.

3_Desde quando o projeto já está em implementação?

O projeto está em implementação desde abril de 2017 no qual foi estruturada toda a metodologia de avaliação e a construção da portaria 08/SMPED/2018 que Regulamenta o Decreto Municipal n.º 49.063, de 18 de dezembro de 2007, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 2º, no parágrafo 2º do artigo 3º e no artigo 4º, no que tange ao estabelecimento de critérios e procedimentos necessários para a concessão do Selo de Acessibilidade Digital.

4_Atividades

Descreva, resumidamente, quais são as principais atividades / marcos do projeto até o momento. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

A criação do Selo de Acessibilidade digital teve os seguintes marcos:

01/2017 - Após estudo das normas internacionais de acessibilidade contida no documento WCAG da W3C, foi elaborado uma metodologia de avaliação para ser preenchido em testes de navegabilidade por especialistas.

01/2017 - Criação de procedimentos para a emissão de parecer técnico que justifiquem a certificação digital.

05/2018 - Publicação da portaria 08/SMPED/2018 que regulamenta o Decreto Municipal n.º 49.063, de 18 de dezembro de 2007, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 2º, no parágrafo 2º do artigo 3º e no artigo 4º, no que tange ao estabelecimento de critérios e procedimentos necessários para a concessão do Selo de Acessibilidade Digital.

05/2018 - Criação da CPA Digital - grupo de especialistas de diversas organizações que voluntariamente analisam o parecer técnico emitido pela SMPED recomendando a concessão do selo. 05/2018 - Concessão dos primeiros selos envolvendo empresas privadas e públicas no

âmbito Nacional como: (Samsung, Web para Todos, Fundação Dorina, Secretarias e Prefeituras Regionais do Município de São Paulo).

05/2018 Lançamento oficial do selo realizado em 17 de maio de 2018.

5_Parceiros

Liste os parceiros envolvidos no projeto, brevemente descrevendo o papel de cada um (por ex., secretarias municipais, ONGs, empresas... limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

01/2018 - Parceria firmada com o IPT - Para a realização de testes de navegabilidade manual por especialistas em Acessibilidade Digital como parte do processo de concessão do selo.

- 12/2017 - Parceria firmada com a Imprensa Oficial: Para a emissão do certificado de atributo que constitui o selo de acessibilidade digital.

- 06/2018 - Parceria com o PROCON PAULISTANO e SMJ para verificar denúncias de falta de acessibilidade nas relações de consumo.

- 06/2018 - Parceria com o Ministério Público Federal: Atualmente o MPF recebe um grande número de denúncias relacionadas à falta de acessibilidade digital em diversas plataformas online, porém não tem braço técnico para avaliação de Acessibilidade. A CPA Digital é responsável por apoiar todo o processo de avaliação dessas plataformas devido ao seu conhecimento técnico.

Criação de grupo de trabalho com especialistas de diversas organizações que voluntariamente analisam o parecer técnico emitido pela SMPED recomendando a concessão do selo. 05/2018 - Concessão dos primeiros selos envolvendo empresas privadas e públicas no âmbito Nacional.

- Apoio institucional com associações, institutos, fundações, movimentos que atuam na área de comunicação ou tecnologia em diferentes nichos, essas associações apoiam o SAD com publicações de matérias referentes ao SAD em informativos da Instituição e divulgação em eventos, seminários, workshops.

6_Resultados

Descreva os resultados do projeto. Sempre que possível, use indicadores quantitativos e/ou qualitativos destes resultados. (limite de 4000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Os resultados fazem atender ao Programa de metas da Prefeitura de São Paulo:

66.1 - Definir e publicar os critérios de acessibilidade digital da Prefeitura de São Paulo e respectivos instrumentos e processos de avaliação.

Resultado: Publicação da portaria do 08/SMPED/2018.

66.2 - Realizar dois eventos com programadores e especialistas em acessibilidade digital.

Resultado: Lista com alguns eventos já realizados no ano com foco no SAD.

31/01/2018 – Evento: Como os recursos de tecnologia assistiva podem melhorar a vida das Pessoas? – Campus Party.

20/03/2018 – Desafios da Acessibilidade Digital com Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT.

08/10/2018 - Painel: Os direitos das pessoas com deficiência na web Link Submit acessibilidade digital 2018/Handtalk

19/06/2018 – Seminário Internacional – Novos paradigmas em Acessibilidade Digital - InovaBra.

26/06/2018 – V encontro de Gestores Municipais – Selo de AD

19/09/2018 – Seminário de Acessibilidade Digital – Selo de AD - Univale Minas Gerais

04/09/2018 – Painel - Sua empresa está acessível para todos os públicos – Digitalks.

04/09/2018 – WSA World Submmit Awards 2018 – Categoria Acessibilidade Digital

11/09/2018 –Seminário com MPF sobre Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

04/10/2018 – ConferenciaWeb.br: Selo de Acessibilidade Digital

09/10/2018 – Workshop: “Praticando Acessibilidade Digital”

66.3 - Construir canal virtual interativo aberto à população.

Resultado: Atualmente existe um canal de interação para recebimento das solicitações do SAD disponibilizado no portal 156 da PMSP onde as instituições podem abrir um canal direto com a SMPED, enviar os documentos e iniciar o processo de concessão do SAD.

66.4 - Produzir e divulgar uma cartilha (impressa e virtual) difundindo os critérios de acessibilidade digital e as orientações de como atingi-los.

Resultado: Para que a disseminação dessa iniciativa aconteça é importante um processo de conscientização por parte da SMPED em parceria com outros órgãos. Um modelo eficiente de conscientização aplicado pela SMPED é a disponibilização de cartilhas com recomendações de boas práticas em acessibilidade para diferentes nichos do mercado. Uma cartilha disponibilizada em parceria com a Secretaria Municipal da Comunicação (SECOM) e Secretaria Municipal de Inovação (SMIT) ajuda publicadores na criação de conteúdos web com acessibilidade e pode ser encontrada com o nome Manual de Boas Práticas Publicadores de Conteúdo.

66.5 - Realizar um piloto de revisão e reestruturação de um site municipal, a fim de que ele sirva como exemplo de boas práticas em acessibilidade digital.

Resultado: Portal da SMPED foi o piloto em exemplo de boas práticas de acessibilidade digital.

66.6 - Avaliar a acessibilidade digital dos sites de todas as secretarias municipais e compartilhar com elas o diagnóstico obtido e as orientações de melhoria resultantes.

Resultado: Todos os sites das Secretarias foram avaliados e os das Prefeituras Regionais estão em andamento.

66.7 - Firmar parceria com pelo menos 50% das secretarias na construção e/ou revisão de sites, no que se refere às diretrizes e ferramentas de acessibilidade digital.

Resultado: Parceria firmada com 100% das Secretarias do Município de São Paulo.

66.8 - Ofertar a qualquer interessado cujo(s) sítio(s) eletrônico(s) atenda(m) aos requisitos estabelecidos o serviço de certificação e concessão de Selo de Acessibilidade Digital.

Resultado: Após o lançamento do selo em 17 de maio de 2018, foram concedidos 7 selos, e há 63 selos em análise com processos já abertos no SEI.

7_Recursos investidos

Liste brevemente os recursos investidos no projeto (tanto financeiros quanto em tempo / dedicação de funcionários). Explique também se e como o projeto melhora a eficiência no uso de recursos públicos. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Atualmente temos dois contratos em vigor sendo:

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas: Para testes de navegabilidade por especialistas. Contrato de 1 ano: R\$ 150.000,00.

Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP: Para a emissão dos certificados de atributo que constitui o selo propriamente dito. Contrato de 1 ano: R\$ 7.200,00

Embora os contratos prevejam esses valores, o pagamento ocorre por demanda, meio de se garantir a eficiência no uso dos recursos. Além disso, o IPT só é acionado em situações nas quais não há técnico disponível para realização da avaliação manual.

A divisão possui 2 especialistas em acessibilidade digital e dois estagiários atuando no projeto.

8_Inovação

Justifique quais são os aspectos inovadores desta iniciativa. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O SAD é digital uma iniciativa inédita no Brasil pois é o primeiro órgão que emite certificação digital para acessibilidade digital e possui vários recursos agregados:

Validador Automático: Estudo dos diversos validadores de páginas web disponíveis e o estabelecimento do AsesWeb do Governo Federal como a ferramenta adequada para esta certificação.

Metodologia de Avaliação: Após estudo das normas nacionais e internacionais de acessibilidade contida no documento e-MAG e WCAG da W3C, foi elaborado uma metodologia de avaliação para ser preenchido em testes de navegabilidade por especialistas.

Robô: Para automação de Processo de avaliação de sítios da web, O sistema é autônomo sem a necessidade de intervenção humana e executa diariamente de forma agendada, consultando as URLs e gerando relatórios de inconsistências das páginas já certificados.

Painel de Monitoramento: Disponibilização de painel de monitoramento com filtros para consulta do banco de dados das páginas certificadas.

Mapeamento do Processo de avaliação: Criação de procedimentos para a emissão de parecer técnico que justifiquem a certificação digital.

Grupo de Trabalho da CPA Digital: Foi selecionado e publicado em portaria um grupo de trabalho com representantes de várias instituições com conhecimento na área que podem contribuir com a aprovação ou não do SAD.

9_Transparência e participação

Comente de que forma o projeto contribui para uma gestão pública municipal mais transparente. Descreva ainda se há mecanismos de participação dos públicos envolvidos do projeto e como esta participação acontece (no planejamento, na implementação, na avaliação... limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O SAD faz parte do programa de metas da Prefeitura de São Paulo e está se tornando referência Nacional na qual a SMPED é responsável pela linha de ação 66.6 que se refere à Acessibilidade Digital.

Transparencia para a municipalidade quais são os sites da gestão municipal que não tem e os que tem barreiras de acesso para o cidadão.

Foi criado e divulgado o e-mail acessibilidadedigital@prefeitura.sp.gov.br, canal para participação da população visando permitir a todos o encaminhamento de denúncias de falta de acessibilidade em sites público e/ou privado.

O SAD estabelece um parâmetro do que é aceitável no que se refere a acessibilidade em sítios na web, conseqüentemente os sites públicos da gestão municipal deve atender estes parâmetros para a obtenção do selo.

O trabalho motiva um aperfeiçoamento no desenvolvimento e manutenção destes sites.

Articulação com as Secretarias para que seus sites sejam acessíveis, incluindo-se o Portal da Transparência da Prefeitura. Assim, mesmo os dados abertos e informações disponíveis nos sites e portais só serão realmente acessíveis, se o portal como um todo for acessível.

10_Continuidade

Descreva as atividades e as estratégias usadas no projeto para aumentar as chances de continuidade da iniciativa a médio e longo prazo. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

A continuidade se refere a institucionalidade do projeto, de modo que ele seja executado independente da gestão atendendo políticas públicas que beneficiam as pessoas com deficiência:

Nesse sentido, o Decreto nº 49.063, de 18 de dezembro de 2007, atribui à Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) a responsabilidade pela concessão do Selo de Acessibilidade Digital, no intuito de estimular a acessibilidade de sítios e portais eletrônicos. Ambas as atribuições estão em conformidade com o art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão (Nº 13.146/2015), que obriga a acessibilidade em sítios públicos e privados da internet no Brasil, e com o art. 9º da Convenção Internacional sobre os Direitos da pessoa com Deficiência (promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), que concede o direito de acesso a “sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet”.

O compromisso da SMPED é promover a metodologia de certificação digital (SAD) para oferecer aos órgãos públicos e privados que atendam aos requisitos exigidos na portaria 08/SMPED/2018 para ser considerado acessível para todos os públicos a médio e longo prazo.

11_Replicabilidade

Em que medida o projeto pode ser replicado em outras áreas da PMSP ou mesmo em outros municípios? (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O projeto pode ser replicado em outras áreas da PMSP por se tratar de um programa de metas que é o instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, conforme exigido pela Lei Orgânica do Município desde 2008. Nele, as prioridades da administração são traduzidas em metas, projetos, ações estratégicas e indicadores para cada órgão municipal.

Mais do que um mecanismo de gestão, o Programa de Metas é o refinamento dos compromissos pactuados com os cidadãos nas urnas, consolidados por meio da interação do Prefeito com a população durante o processo eleitoral e do conteúdo do Plano de Governo por ele apresentado.

De acordo portaria publicada o SAD poderá ser concedido aos sítios ou portais da internet mantidos por órgãos da administração pública do município de São Paulo e por pessoas físicas ou jurídicas com sede ou representação no Brasil.

O modelo utilizado utiliza ferramentas do Governo Federal disponíveis publicamente e os critérios de avaliação são baseados em critérios internacionais, amplamente divulgados e disponíveis publicamente.

12_Organização responsável

Fale brevemente sobre a organização / órgão público responsável pelo projeto. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

A SMPED foi criada em 1º de abril de 2005 por meio do Decreto 45.811. Entretanto, para estabelecê-la oficialmente, foi necessário criar um projeto de lei votado e aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo. A partir da aprovação da Lei 14.659, a SMPED passou a ser oficialmente um órgão da Administração Pública Direta, o que a impede de ser extinta por decreto.

Esse modo de trabalho intersetorial é muito importante, uma vez que o tema deficiência não se concentra em um só setor, ao contrário, ele está em todas as áreas.

É preciso quebrar as barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programática e mais do que isso: é imprescindível mudar o comportamento das pessoas. Dentro da estrutura da SMPED é vinculada e mantida a Comissão Permanente de

Acessibilidade (CPA), órgão colegiado da Prefeitura do Município de São Paulo, constituído por representantes de diversas secretarias, órgãos municipais e sociedade civil. Foi instituída originalmente pelo Decreto 36.072/96 e alterada pelos Decretos 39.651/2000, 50.519/2009, 51.733/2010 e 58.031. Tem papel consultivo e deliberativo nos assuntos que incluem acessibilidade em edificações, logradouros, mobiliário urbano, transporte e comunicação. Contando com engenheiros e arquitetos entre seus membros, realiza vistorias e análise de projetos, além de coordenar ações integradas nas diversas secretarias da administração municipal, visando a eliminação de barreiras arquitetônicas e de comunicação na cidade. Em 2017 surge a Divisão de Acessibilidade Digital e Comunicação Inclusiva (DADCI), e sua estrutura fica alocada à CPA Digital (criada em 2018), área responsável pelo SAD.